

LOCOMOÇÃO PESA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS O GASTO COM TRANSPORTE ESCOLAR: MUNICÍPIOS TÊM MUITAS ESCOLAS NA ZONA RURAL, E É PRECISO LEVAR ALUNOS E PROFESSORES ATÉ ELAS

Escolas do interior: prefeituras investem, mas o ensino é carente

Em várias unidades faltam bibliotecas, computadores e melhor orientação pedagógica

computador. O município só dispõe de uma biblioteca, inaugurada há apenas dois anos, e só agora a prefeitura está montando um laboratório de Informática para a rede de ensino.

Vizinho de São Domingos do Norte, em Governador Lindenberg, que de acordo com dados da *Revista Finanças dos Municípios Capixabas*, divulgados por A GAZETA, é o segundo colocado em gastos por aluno (R\$ 5.624,30), a situação é semelhante.

A prefeitura possui 20 escolas pluridocentes (onde um só professor dá aula, ao mesmo tempo, numa única sala, para alunos de quatro séries diferentes) e uma de maior padrão, com 103 alunos.

Nos municípios que não foram avaliados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), os professores, com salários-base que não superam R\$ 800, falam com orgulho do farto recebimento de merenda e material didático, além das boas instalações, mas

se ressentem de maior orientação na área pedagógica.

DIFICULDADES. Presidente Kennedy e Divino de São Lourenço, terceiro e quarto colocados no ranking, respectivamente, alegam que pesa nos custos o transporte escolar, já que possuem muitas escolas na zona rural, e é preciso levar alunos e professores até elas, diariamente.

Mestra em Educação e ex-secretária municipal e estadual da área, a professora Ana Maria Marreco explica que fundamental para o salto de qualidade da Educação é o tempo que o aluno passa na escola, em termos de aprendizagem. "Ampliar a jornada com esporte e cultura é importante, mas precisamos reforçar o ensino de Português, Matemática e Ciências", diz ela.

Nas escolas visitadas por A GAZETA para esta reportagem, os alunos ficam só quatro horas por dia. O tempo curto é dividido entre ensino acadêmico e atividades de recreação.



CRIATIVIDADE. Professora usa letras de jornal para produção de textos com alunos da Escola Belizário Gusmão, em Governador Lindenberg. FOTOS: GILDO LOYOLA

INVESTIMENTOS

Município	Receita total	Gastos anuais	Número de	Índice de
-----------	---------------	---------------	-----------	-----------

Nas 21 escolas - 15 das quais rurais -, de São Domingos do Norte, não há biblioteca, nem

lho do farto recebimento de merenda e material didático, além das boas instalações, mas

por dia. O tempo curto é dividido entre ensino acadêmico e atividades de recreação.

Entre o ensino e a cozinha



EM TODA A PARTE. Ela se divide em três. É, ao mesmo tempo, professora, merendeira e faxineira na Escola Unidocente Córrego São Gonçalo, no município de São Domingos do Norte. Na realidade, Maria Aparecida Ronconi Bispo, 38 anos, como professora vale por quatro, já que sua turma, de nove alunos, comporta as quatro primeiras séries do ensino fundamental. As aulas começam ao meio-dia, mas Maria

chega uma hora antes, para preparar a merenda a ser servida às 14h30. As crianças ajudam, lavando os próprios pratos e copos. Professora há 12 anos - à noite é também supervisora numa escola estadual - admite: sua tarefa é desafiadora. Como as séries dos alunos são diferentes, a preparação das aulas exige bem mais da professora, que distribui as matérias no quadro-negro "dividido".

Falta biblioteca para 21 escolas

É a própria secretária da Educação, Marta Martins Sossai, quem assume a função de orientadora educacional nas quatro escolas de ensino fundamental, 15 unidocentes e duas de ensino infantil, em São Domingos do Norte, que em 2006 revelou-se primeiro colocado no ranking dos municípios capixabas, em relação a gastos por aluno com Educação.

A dificuldade para acompanhamento pedagógico é admitida por Marta Sossai. A rede, que dispõe de uma pe-

dagoga e de uma supervisora, avançou nos últimos anos, mas o índice de evasão ainda é alto: chega a 71%.

As escolas não dispõem de biblioteca - a única, do município, aberta também à comunidade, só foi inaugurada em 2005. Também não há terminais de computação nos colégios; só agora a prefeitura está montando um laboratório de informática. Computador só existe na escola estadual do município.

A partir de 2005, a prefeitura passou a investir mais em

capacitação de professores, numa formação em Ciência, Matemática, Geografia, História e Gestão Escolar, em parceria com a Ufes.

Mas Marta Sossai admite: os frutos só serão conhecidos no futuro. "Com teatro e xadrez nas escolas, os alunos estão mais motivados", diz ela.

Os salários dos professores, variam de R\$ 550,00 a R\$ 780,00. Não falta merenda nem material didático, e há aparelhos de TV e DVD nas escolas. O orçamento da Educação neste ano é de R\$ 4.168.300,00.

INVESTIMENTOS

Município	Receita total	Gastos anuais com Educação por aluno	Número de matrículas na rede municipal	Índice de reprovação
Governador Lindenberg	R\$ 14.173.049,00	R\$ 6.462,00	876	10,7%
São Domingos do Norte	R\$ 11.376.296,00	R\$ 5.624,30	705	71%
Presidente Kennedy	R\$ 24.719.984,00	R\$ 4.181,10	1.794	-
Divino de São Lourenço	R\$ 8.274.003,00	R\$ 3.926,30	515	15%

Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas e prefeituras ouvidas

Obs: Dados de 2006. Os gastos com alunos resultam de verbas municipais, estadual e federal aplicadas na Educação.

Apoio de pais e orientação pedagógica



FALTA PRESENÇA FAMILIAR. A diretora Nilcéia Dias Müller agita a antiga sineta. Terminado o recreio, é hora de fazer as crianças retornarem às salas de aula na Escola Belizário Gusmão, em Governador Lindenberg. Com 103 alunos, de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, Nilcéia também tem que assumir o papel de secretária. Com ela atuam cinco professores e três ser-

ventes. Na escola, onde garante não faltar material didático e merenda, admite que há ainda muito a ser feito para melhorar o desempenho dos alunos. A diretora se ressentida da falta de apoio familiar às crianças, e como outros professores da escola, diz que o processo de ensino-aprendizagem necessita de uma orientação pedagógica mais sistemática.

Investimentos maldirecionados

Os R\$ 5.624,30 aplicados em 2006 nos alunos das 19 escolas de Governador Lindenberg não impediram que o município registrasse, no ano passado, um índice de reprovação de 10,7%.

Nas escolas, bem-conservadas - a maior delas, a Belizário Gusmão, no Centro da cidade, possui uma quadra coberta, mas não há professor de Educação Física - dotadas de apa-

relhos de TV e DVD, com material didático e merenda fartos, não existe, porém, biblioteca e computador.

A cidade possui uma biblioteca pública, dotada de três terminais de computação com acesso à internet.

Nas escolas, professores se ressentem de maior apoio pedagógico. Assessora técnica da Secretaria da Educação, Renata Milbratz Buller-

ghan da Conceição diz que será aberto concurso para contratação de educadores.

O secretário da Educação, Nivaldo Oliva, explica que a municipalização do ensino só foi concluída em 2006.

O menor salário-base pago aos professores é de R\$ 580,00, e o maior de R\$ 800,00. O orçamento da Educação previsto para este ano é de R\$ 2.775.000,00.

Um retrato do Brasil

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Emprego e renda estão em alta. A formalização do trabalho avança. Trabalhadores com carteira assinada são um terço do total

Na foto divulgada sexta-feira pelo IBGE, o Brasil saiu melhor do que nas anteriores. Desigualdades continuam a existir, mas há vitórias significativas para a população.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revela que o emprego e a renda estão em alta no país. O mercado de trabalho ficou maior, passou a remunerar melhor e se tornou mais formalizado em 2006. O desemprego caiu de 9,3% para 8,4%; a renda média aumentou 7,2% - a maior alta desde 1995 - e a atividade informal encolheu. O número de empregados com carteira assinada cresceu 4,7% e já chega a um terço do total.

No Espírito Santo, mulheres e trabalhadores com mais idade vão ampliando seu espaço profissional. A participação feminina no mercado de trabalho saltou de 42,8% para 50,1% nos últimos dez anos termina-

EDITORIAL

dos em 2006. No mesmo período, a taxa de atividade dos empregados na faixa de 50 a 59 anos subiu de 8,8% para 12,5%. São dados que conjugam novos conceitos e apontam para o aquecimento na área trabalhista.

Mas nem tudo caminha tão bem no quadro de alocação de mão-de-obra identificado pelo Pnad. O trabalho infantil é uma anomalia social perturbante. A estatística mostra que essa prática retomou a trajetória de queda iniciada há seis anos e interrompida em 2005. Ainda assim, no Brasil há um contingente de 5,1 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos exercendo atividade laboral precocemente. É inaceitável.

A escolarização, condição fundamental na definição do padrão de vida da sociedade, registra progressos e preocupações. O percentual de

crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu de 81,5% em 2005 para 84,6% em 2006. Já na faixa de 7 a 14 anos, nada menos de 97,6% das crianças e adolescentes estão matriculados. O percentual era de 97,3% em 2005.

A leitura que o IBGE faz desse movimento enxerga reflexo da Lei 11.274, de fevereiro de 2006, que determina a duração de nove anos para o ensino fundamental, e também prevê matrícula obrigatória a partir dos seis anos. O prazo de adequação das escolas a esse texto legal vai até 2010, o que faz crer em novos avanços na universalização do ensino.

Mas o país ainda tem muito a conquistar no campo educacional. Além de tropeços na qualidade que afetam o ensino, do fundamental ao superior, o índice de analfabetismo permanece muito elevado. Em plena era da tecnologia da informação, 14,9 milhões de pessoas eram analfabetas em 2006 - embora esse total repre-

sente diminuição de 4,2% na comparação com 2005.

A questão ganha dimensão maior quando se ramifica para o contingente dos chamados analfabetos funcionais. Conceitualmente, são aqueles com menos de quatro anos completos de estudos. A Pnad constatou que em 2006 havia 36,9 milhões de pessoas nessa condição - o que reduz significativamente o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Educação. Apesar disso, curiosamente, o número de lares com computador dobrou em cinco anos - um movimento voluntário positivo na busca do conhecimento.

O Brasil grandioso e problemático mostrado pelas estatísticas da Pnad é um país em aperfeiçoamento. As conquistas vão se acelerando, mas os desafios são gigantescos. Espera-se que a divulgação desse mosaico de situações estimule e oriente políticas públicas corretas. E bem aplicadas.

Na faixa de 7 a 14 anos, 97,6% das crianças estão matriculadas. Mas o número de pessoas analfabetas é muito elevado: 14,9 milhões

A polêmica das cotas

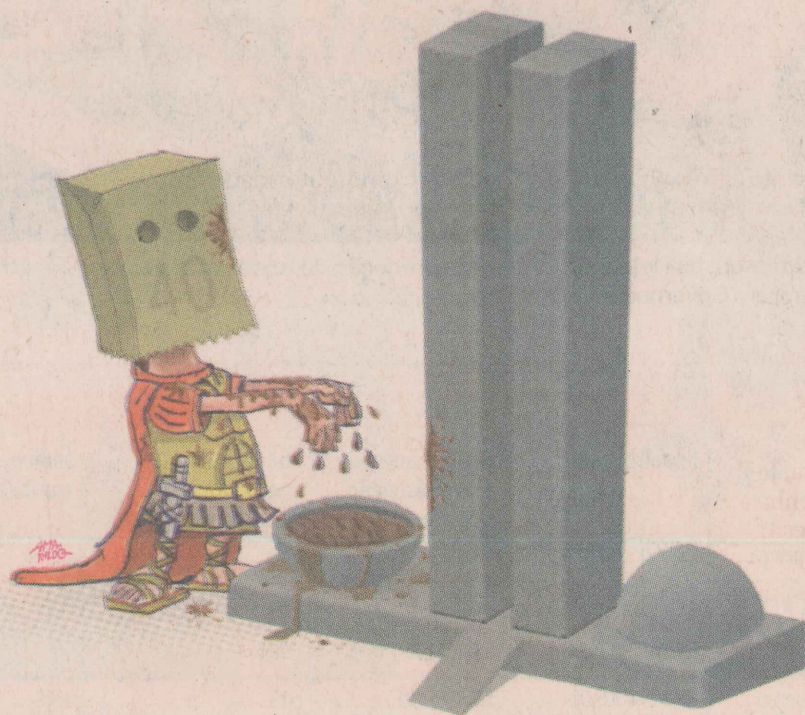
LUIZ HENRIQUE MENEZES

Gostaria de começar este texto afirmando o caráter pessoal das idéias nele contidas. Escrevo como cidadão que vê com olhos críticos a polêmica questão das cotas para os alunos da rede pública nas universidades federais, especialmente em função das medidas recentes que foram adotadas para o próximo processo seletivo da Ufes.

Sou contra o sistema de cotas tal como ele foi adotado por alguns motivos. Em primeiro lugar, o foco da questão não deveria ser escola pública em oposição à escola privada. O problema educacional do Brasil é muito grave para aceitarmos passivamente esse desvio. O debate deveria girar em torno de escola ruim

é um bom sistema educacional de base. É a escola pública de qualidade, garantida a todas as crianças brasileiras, que permitiria a correção das desigualdades de classe, proporcionando melhores oportunidades de ascensão social.

Administrar significa decidir onde alocar recursos. É maravilhoso, digamos, fazer Direito na USP de graça e sair de lá com excelentes perspectivas profissionais. A questão que se coloca: é justo? O ensino público superior gratuito não é um luxo para um país com tantas deficiências no ensino público fundamental? Não seria possível o Brasil adotar um regime misto, como o que existe em muitos países europeus, de divisão de custos, com o Estado pagam-



A bacia de Pilatos

LEONARDO BOFF

A nação está peplexa e indignada. Na cara da maioria dos políticos e particularmente dos jornalistas que acompanharam o caso do senador Renan Calheiros e sabiam as manobras escusas que usava a partir de seu cargo de presidente da Casa, para se manter no poder, se estampava decepção e abatimento. E com razão, pois o Senado se transformou num sinédrio, cheio de herodianos, aliados do poder dominante. Esses votaram a favor, e seis se abstiveram. Exatamente o número que Renan precisava para escapar da punição. Abster-se é dizer não à cassação. Supõe-se que muitos desses votos, secretos, vieram do PT e aliados. O senador Mercadante revelou seu voto de abstenção. A líder do PT no Senado, Ildeli Salvati, cabalava votos em favor de Renan e deve ter se absterido, facilitando a vitória do acusado.

A propósito de falta de decoro por permitir que um loquista pagasse suas contas pessoais referentes ao filho que tivera com sua amante – isso se chamava antigamente de adultério público –, descobriram-se muitas outras irregularidades graves, atestadas pela Polícia Federal e pelo jornalismo investigativo da televisão. Esta foi ao local em Alagoas, documentou em som e em cores as mentiras e falsas alegações de Calheiros, o que comprovava ainda mais sua falta de decoro. Além do

mais, mentiu aos senadores e sonegou informações e documentos ao Conselho de Ética.

Aliados do absolvido falaram em vitória da democracia. Que democracia? Esta convencional no Brasil, encurtada e farsesca, montada em cima de conchavos, do uso do poder público em benefício próprio, infectada de tráfico de influência e de desvio de dinheiros públicos?

O que envergonha os cidadãos é verem senadores, alguns velhos provectos, sem qualquer dignidade, verdadeiros mafiosos do poder, voltarem as costas à sociedade e fazerem-se cegos e surdos ao clamor das ruas. Estão tão enjaulados em seus privilégios, na redoma do Senado, que nem lhes importa o que a mídia e a opinião pública pensam deles.

Mas o que envergonha mesmo é a recaída de membros do PT. São pecadores públicos contumazes. Já haviam antes enviado a ética nem sequer para o limbo, mas diretamente para o inferno. Agora repetiram o ato pecaminoso. Por isso são desprezíveis como Pilatos. Este se acovardou diante do povo e condenou Jesus. Mas antes fez um gesto que passou à história como símbolo de pusilanimidade, de covardia e de falta de caráter. Diante do povo, lavou as mãos com água. Essa bacia de Pilatos foi ressuscitada no Senado. Mas a água não é água. São lágrimas dos indig-

nados, dos cansados de ver injustiças e dos dilacerados diante da contínua impunidade.

A “onorebile famiglia Calheiros” tem novos membros em sua máfia. Todos os que se abstiveram podem acrescentar a seus nomes o sobrenome de Calheiros. Como revelou publicamente seu voto, o senador Aloisio Mercadante merece agora ser chamado de Aloisio Mercadante Calheiros. Pelo esforço da argumentação em favor da não-cassação de Renan, a senadora Ildeli Salvati merece que lhe apodemos de Ildeli Salvati Calheiros. Ela fez a figura inversa da mulher do covarde Pilatos, que o advertiu: “Não te comprometas com este justo, pois sofri muito hoje em sonhos por causa dele”. Ela e outros devem estar sofrendo muito, sim, roídos pela má consciência. Esse sofrimento transparece em seus olhos revirados e em seus rostos desfigurados.

O povo não merece ser representado por espíritos menores, faltos de ética, desavergonhados e esquecidos de que são meros delegados do poder popular. Que mostrem a cara, que falem ao povo, que se expliquem por quê, diante de tantas provas dos relatórios da comissão de ética e do clamor das ruas, puderam agir de forma tão traiçoeira.

Leonardo Boff, da Carta da Terra, é teólogo, escritor e professor emérito de Ética da UERJ

versus escola boa.

Há escolas públicas de excelente qualidade (por exemplo, a grande maioria das escolas técnicas federais, que cumprem bem a função a que se destinam) e há muitas escolas particulares de qualidade duvidosa. O sistema de cotas não vai, evidentemente, contemplar os alunos que estudam nessas últimas.

Examinemos o argumento utilizado para a instituição de cotas, que é a inclusão social. Ora, ninguém com um pouco de sensibilidade pode se dizer satisfeito com o nível de desigualdade que existe na sociedade brasileira. O problema é que a melhor forma de se corrigirem as desigualdades de origem

de uma parte e outra parcela sendo custeada pelo pagamento de mensalidades? Num sistema como esse, alunos carentes poderiam ter bolsa, sempre levando em conta as aptidões e os méritos de cada um.

O assunto é polêmico, mas não podemos deixar de debater o que o sistema de cotas nem de longe aborda: o baixo nível do sistema educacional brasileiro e o modelo de gestão das universidades públicas num país com intensas desigualdades sociais.

Luiz H. Menezes, professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, é mestre em Estudos Literários

Terrorismo humanitário

OSIRIS LOPES FILHO

É inesgotável o elenco de artificialismo criado pelo governo Lula para manter a continuidade da CPMF até 2011. A tecnocracia conseguiu realizar um prodígio no âmbito da criatividade macabra. Previu na proposta para o orçamento do exercício de 2008 uma fonte de receita tributária inexistente. A Constituição prevê para o dia 31 de dezembro deste ano a morte da CPMF, morte marcada para encerrar a provisoriedade dessa contribuição desde 2003, consoante o que dispõe a Emenda Constitucional nº 42/2003. O que é provisório tem data certa para se encerrar.

É elementar que, não existindo mais a partir de dezembro de 2007, esse tributo, pela nossa lei maior, não se possa fazer a previsão de receita correspondente ao que não mais existirá no exercício de 2008. Vige em matéria de tributo o princípio da legalidade. Só pode ser cobrado imposto ou contribuição vigente, cuja força e validade decorram da lei.

E aí, contrariando toda a construção de constitucionalidade, bolou a tecnocracia fazendária o terrorismo humanitário. Previu uma receita tributária, baseada num tributo morto, e se atribuiu

cursos que lhe dariam suporte financeiro para a realização de despesa pertinente.

Ultimamente, surgiu a teoria da faca no pescoço, para justificar a obrigatoriedade determinística de certos comportamentos, que se deseja sejam adotados.

Dessa vez, ocorreu exagero. Colocou-se a faca, com apurada precisão, na jugular de cada congressista, deputado ou senador. Inverteu-se a técnica orçamentária maquiavelmente. Observada a provisoriedade da CPMF, com sua extinção em 31 de dezembro deste ano, como determinado pela Constituição, a saúde, o combate à pobreza, previdência e assistência social, especificamente a bolsa-família, ficaram à míngua de suporte financeiro, por ausência de fonte de recursos. Não se pode atribuir a responsabilidade desse fato calamitoso ao Congresso.

É elementar a classificação das receitas entre ordinárias e extraordinárias. As ordinárias são as permanentes, as extraordinárias, as de natureza temporária ou precária. A CPMF, o próprio nome indica, é provisória. Produz efei-

CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO FICA COMPROMETIDA

“Damos muito conteúdo em pouco tempo”

Mestra em Educação diz que é preciso aguçar a curiosidade das crianças

CLÁUDIA FELIZ

Mestra em Educação, a ex-secretária de Estado da Educação, Ana Maria Marreco, destaca a importância do tempo de permanência dos alunos na escola, priorizando o efetivo tempo de aprendizagem,

como fator importante na qualidade do ensino.

Para ela, a capacidade de transmissão de informação e conhecimento nas escolas é comprometida pelo pouco tempo de permanência dos alunos nas escolas, além da qualificação dos professores.

“Damos muito conteúdo em pouco tempo, o que acaba resultando no já conhecido processo em que o professor faz de conta que ensina, e o aluno faz de conta que aprende”, diz ela.

Para Ana Marreco, é preciso aguçar a curiosidade das crianças, saindo da pedago-

gia da memorização. Além disso, aliar a leitura a experimentos, para que a transmissão do conhecimento possa se dar não só na teoria, mas também na prática.

A especialista lembra que o ensino é altamente influenciado pelo compromisso do professor. “Em muitas cidades do interior só existe escola pública, e o professorado presta mais contas à sociedade, tende a ter um compromisso maior com a clientela”, diz Ana Marreco, que também ressalta a importância das escolas terem bons gestores.

Presidente Kennedy investe alto

Município tem 1.760 alunos, mas gasta mais em educação que Cachoeiro de Itapemirim

ROSÂNGELA VENTURI

CACHOEIRO. O município de Presidente Kennedy tem cerca de 10 mil habitantes e investe em educação mais que o dobro de Cachoeiro de Itapemirim, pólo regional com quase 200 mil moradores.

De acordo com a última edição do anuário “Finanças dos Municípios Capixabas”, Presidente Kennedy está em terceiro lugar em gastos por aluno, com R\$ 4.181,10.

A secretária de Educação, Dilzerly Machado Tinoco, diz que, embora na educação básica existam apenas 1.760 alunos, a extensão territorial do município - 586 quilômetros quadrados - exige gastos

Aprovação de 75% dos estudantes

Essa é a realidade em Divino de São Lourenço, que gasta, por ano, R\$ 4 mil por aluno

ANTONIO CEZAR MARTINS

GUAÇUÍ. O município de Divino de São Lourenço, na região do Caparaó, é o quarto no ranking de gastos por aluno na rede municipal de ensino fundamental. Por ano são investidos quase R\$ 4 mil.

A justificativa do secretário de Educação, Wilder Barboza do Carmo, é que a população da cidade é, na maioria, da zona rural e há mais gastos em infra-estrutura e transporte escolar.

Com 176 quilômetros quadrados, o município conta com 18 escolas de ensino fundamental e infantil, aten-

dendo a 501 alunos, a maior parte no campo. Wilder considera as taxas de aprovação nas escolas satisfatórias. “A taxa de aprovação nos ensinos fundamental e infantil é de 75%, e a de repetentes é de somente 15%”.

Além do dinheiro investido, o município também tem apostado em programas de incentivos para as famílias dos alunos como Bolsa-Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, (PETI).

O secretário completa ainda que parte do dinheiro foi investido nos professores e na merenda escolar. “Tentamos melhorar cada dia mais a qualidade da merenda nas escolas e a valorização profissional. Demos nesse ano quase 90% de aumento no salário do magistério, que estava defasado há anos”.

ção do anuário "Finanças dos Municípios Capixabas", Presidente Kennedy está em terceiro lugar em gastos por aluno, com R\$ 4.181,10.

A secretária de Educação, Dilzerly Machado Tinoco, diz que, embora na educação básica existam apenas 1.760 alunos, a extensão territorial do município - 586 quilômetros quadrados - exige gastos elevados com transporte.

"As comunidades são muito distantes umas das outras, e a maioria da população reside na zona rural. Pelo menos 75% estão no interior", frisa.

A secretária destaca que além de investir na melhoria das instalações físicas das escolas e na aquisição de equipamentos, o município implantou um programa de aperfeiçoamento dos professores.

Presidente Kennedy ainda não foi avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). "Estamos na expectativa dessa avaliação para sabermos onde estamos falhando e em quê devemos melhorar", assinala Dilzerly.

Ela aposta que os investimentos feitos ao longo dos últimos anos têm contribuído para a melhoria da qualidade do ensino no município.

A secretária cita como exemplo a informatização das escolas. Nas localidades de Jaqueira, São Salvador e na comunidade quilombola de Cacimbinha, há laboratórios de informática. Em duas dessas unidades funciona também laboratório de Ciências.

"Temos muita dificuldade com internet porque as escolas ficam na zona rural", diz.

- ♦ **EDUCAÇÃO INFANTIL.** Se no ensino fundamental o município atende até mais alunos do que tem, porque recebe estudantes de cidades vizinhas, na educação infantil a situação está longe do ideal.

Para garantir que os pais matriculem as crianças está sendo realizada uma campanha em parceria com o Ministério Público.



EMPENHO. A professora Sônia Fiorot Bosse, que presta serviços à Prefeitura de Governador Lindenberg, mas recebe do Estado, reivindica maior valorização do magistério. "Ganho R\$ 596,21, incluindo tíquete-alimentação, mas me dedico aos alunos", diz ela. FOTO: GILDO LOYOLA



TAREFA DIVIDIDA. Josiani Pancieri é a assistente de Emanuela Aliprandi (loira); ambas as professoras lecionam para alunos de 1ª e 2ª séries em uma mesma sala de aula, numa escola da área rural da Prefeitura de São Domingos. FOTO: GILDO LOYOLA



Termo de compromisso com os pais

TIME. Na Escola Braço do Sul, em São Domingos, a diretora Eglieni Trevezani explica que um dos segredos do desempenho dos alunos é a integração da equipe. "Damos aulas de recuperação paralelas, todo final de bimestre, e firmamos um termo de compromisso com os pais para que os alunos com baixo rendimento estudem nas férias, em casa, e possam ser reavaliados no início do ano letivo seguinte. Três vezes por semana, uma professora auxilia alunos com dificuldades em Matemática e Língua Portuguesa", diz ela. FOTO: GILDO LOYOLA